

## FÓRUM FLORESTAL CAPIXABA

### ATA DE REUNIÃO

**Data:** 25/11/2016

**Local:** Bristol Century Plaza

**Participantes:** IBIO, CEDAGRO, Força Verde, TNC, Ministério Público do ES, Associação Pró-Muriqui (SP), Conservação Internacional, Reserva Ecológica do Guapiaçu (RJ), Ministério Público da Bahia, Associação Jupará (BA), FIBRIA.

#### **I – Contexto da Reunião**

A última reunião do FFES em 2016 foi emblemática. Ela foi feita no intuito de integrar dois coletivos, o Diálogo Florestal e o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. Muitas instituições que fazem parte do Diálogo Florestal e do Fórum Florestal Capixaba são signatários do PACTO. As agendas de ambos coletivos são sinérgicas, porém havia pouca integração.

Nesse contexto, o Fórum convidou a TNC e o Ministério Público da Bahia que vêm discutindo, no âmbito do Pacto, aspectos jurídicos e econômicos para a recuperação das Reservas Legais, no contexto do evento “Que Reserva Legal que queremos?”.

#### **II - Aspectos Econômicos e Ecológicos (ANEXO 1)**

Rubens Benini, Gerente Nacional de Restauração da TNC, apresentou os aspectos econômicos e ecológicos associados à recomposição de Reservas Legais.

O objetivo é entender que as funcionalidades ambientais da Reserva Legal podem ser mantidas através de consórcios e sistemas agroflorestais que garantam sustentabilidade econômica para o produtor rural.

#### **III - Aspectos Jurídicos (Anexo 2)**

Dr. Fabio Correa, do Ministério Público do Estado da Bahia e titular da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Âmbito Regional, com sede em Teixeira de Freitas, apresentou os aspectos jurídicos associados à Reserva Legal.

O objetivo é lançar uma análise sobre os dispositivos legais brasileiros, na perspectiva ambiental e florestal (Lei da Mata Atlântica, Código Florestal, ADINs, etc.), apresentando sinergias e esclarecendo inseguranças jurídicas quanto aos manejos possíveis da Reserva Legal.

## **ENCAMINHAMENTOS**

Dr. Marcelo Lemos, do Ministério Público do ES e titular do CAO (Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente), sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para regionalização da discussão sobre a Reserva Legal a comear os trabalhos em 2017.

Este grupo contará com:

- MPES
- SEAMA
- IDAF
- Comitês de Bacia
- TNC / Pacto pela Restauração
- IBIO / Pacto pela Restauração / Diálogo Florestal